

Sumário

Introdução	1
1. Princípios Constitucionais Relacionados a Tomada de Decisões no Fim da Vida.....	7
1.1 Princípios constitucionais como fundamento.....	8
1.2 Princípio da dignidade da pessoa humana	11
1.3 Direito à solidariedade	16
1.4 Direito fundamental à vida	19
1.5 Direito fundamental à liberdade	27
1.5.1 Liberdade de consciência, crença e de religião	29
1.6 Direito à autonomia da vontade	33
1.7 As escolhas de fim de vida e a ligação com a autonomia	37
2. Sobre a Morte e as Escolhas na Tomada de Decisões de Fim de Vida.....	45
2.1 As fases da morte	45
2.1.1 Fase da negação e do isolamento.....	48
2.1.2 Fase da raiva	51
2.1.3 Fase da negociação ou “barganha”	52
2.1.4 Fase da depressão	53
2.1.5 Fase da aceitação	54
2.2 A quem cabe as escolhas de fim de vida: a família ou ao paciente?	56
2.2.1 A Santidade e a Sacralidade da Vida.....	59

3. Breves Considerações Sobre o Fim de Vida na Legislação Internacional	63
3.1 Holanda e Bélgica	63
3.2 Suíça.....	68
3.3 Estados Unidos	70
3.4 Colômbia	74
4. A Tomada de Decisões de Fim de Vida por Meio das Diretivas Antecipadas de Vontade.....	79
4.1 Diretivas antecipadas de vontade	79
4.2 Diretivas antecipadas como gênero	83
4.2.1 Testamento vital	84
4.2.2 Procuração para cuidados de saúde ou mandato duradouro	88
4.3 Os cuidados médicos e os limites das diretivas antecipadas de vontade	91
4.3.1 Os cuidados paliativos.....	93
4.3.2 A Prática da Distanásia e da Ortotanásia	95
4.4 As formas de interrupção de vida na medicina	99
4.4.1 Eutanásia	101
4.4.2 Suicídio assistido.....	105
4.5 As diretivas antecipadas no ordenamento jurídico brasileiro	108
4.5.1 Resoluções 1.805/2006 e 1.995/2012 do CFM.....	111
4.5.2 A omissão do Legislativo e do Judiciário no tocante ao direito a morte digna	116
Considerações Finais	121
Referências Bibliográficas	127